

LIVE STREAMING NA PANDEMIA: NOTAS PARA UM MAPEAMENTO DE EQUÍVOCOS EM NARRATIVAS AUTÔNOMAS

Evandro José Medeiros Laia¹

RESUMO

A partir de rumores colhidos durante a pandemia, propomos alguns marcadores para formular a hipótese de que a transmissão *live streaming* em plataformas digitais avança do lugar de um discurso de representação para um lugar de produção de narrativas autônomas. Para isso, retomamos a discussão sobre o Junho de 2013, no Brasil, a partir de pesquisa anterior, e apresentamos a comunicação pelo equívoco como uma abordagem possível para avançar em um mapeamento. O objetivo é marcar o ponto de partida para uma cartografia das produções de narrativas autônomas em lives da pandemia a partir de definições conceituais e teóricas.

PALAVRAS CHAVE

Narrativas autônomas, Pandemia, Equívoco, Live streaming, Cartografia

INTRODUÇÃO

As transmissões audiovisuais ao vivo pela internet, por aplicativos, redes sociais e sites, conhecidas popularmente como lives, tornaram-se muito comuns durante o isolamento social imposto pela pandemia do novo Coronavírus, no Brasil, a partir de março de 2020. Das 10 transmissões ao vivo mais assistidas em todo o mundo no ano, todas foram apresentações musicais, oito produzidas por músicos brasileiros (MATA, 2021). Nos meses de março e abril de 2020, 3,5 bilhões de minutos de conteúdo ao vivo foram produzidos pela plataforma Youtube, por dia. Ou seja, se este tipo de emissão já vinha se constituindo como um produto, a lógica da pandemia acelerou a sedimentação de um gênero audiovisual produzido das mais diversas formas.

Na construção de um caminho para pensar a produção de lives na pandemia, retomamos os estudos sobre transmissão ao vivo, marca fundamental da linguagem audiovisual, como primeiro gênero televisual (MACHADO, 2000), cuja realização exigia, até pouco tempo atrás, a disponibilidades de aparelhos e serviço técnico especializado que inviabilizava uma operação fora dos circuitos dos veículos de comunicação de massa. Para a

¹ Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisador associado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro da rede internacional de pesquisa Atopos (ECA-USP) e co-fundador do Observatório jornalismo(S) (youtube.com/jornalisms). Email: evandro.medeiros@ufop.edu.br.

maioria dos atores que produziram material ao vivo neste período, a lógica colaborativa, da produção caseira, deu o tom. Usamos aqui o nome auto-comunicação de massa, a partir do conceito proposto por Manuel Castells (2013), para definir este tipo de produção, que nos interessa como pesquisa.

Entendemos que este tipo de produção instaurou controvérsias de um tipo muito específico, que chamamos de *equivocos*, a partir da definição de Eduardo Viveiros de Castro (2015), a partir da observação do modelo xamânico de tradução dos povos originários do Brasil. O que nos interessa é, partindo da experiência do uso da ferramenta *live streaming*, no contexto pós-Junho de 2013, desenhar uma hipótese para o tipo de apropriação que vem sendo feita agora, com a produção de outros *equivocos*, a partir da instalação de novos atores nessa rede. Para isso, retomamos rumores (PRECIOSA, 2010) colhidos em lives, leituras e observações sobre o uso das ferramentas *live streaming* disponíveis, indicadores que apontam para uma reconfiguração atual do ecossistema midiático.

REDES SOCIOTÉCNICAS E TRANSMISSÃO AO VIVO

A transmissão ao vivo de produções audiovisuais pela internet, procedimento conhecido como *live streaming*, remonta a junho de 2010, quando manifestantes usaram telefones celulares conectados em rede, ao vivo, na manifestação contra o governo ditatorial do Egito, na Praça Tahrir, no Cairo. O episódio deu origem ao que ficou conhecido como Primavera Árabe, movimento que chegou à Europa logo depois, com o 15M, na Espanha, passando pelos Estados Unidos, com o Occupy Wall Street, até chegar ao Brasil, durante as manifestações de junho de 2013. O objetivo era usar uma ferramenta acessível, por meio de redes sociais e softwares de acesso gratuito, para criar um tipo autônomo de comunicação, fora do eixo da grande mídia.

Em todas estas experiências registrou-se o que Manuel Castells (2013, p.86) chamou de “revolução rizomática”, em referência ao conceito de Deleuze e Guattari. Os movimentos sem liderança definida conseguiram furar o bloqueio da imprensa tradicional e mostrar-se de modo direto, pela internet, sem os mediadores tradicionais da imprensa estabelecida, exercendo o que o autor chamou de "auto-comunicação de massa". Tanto no Occupy quanto em outros movimentos posteriores, os *streamers* transmitiam as decisões coletivas em tempo real, mas também acompanhavam as ações policiais, registrando eventuais abusos e violências, a partir de vídeos gravados, mas especialmente usando plataformas que transmitiam imagens e sons sincronizados ao vivo.

Um elemento fundamental, no que se refere a proteger o movimento da violência foi a ampla prática de fazer reportagens em vídeo, adotada por centenas de pessoas brandindo seus celulares a cada manifestação. A mídia tradicional só mostrava o que seus editores queriam, mas o movimento apresentava tudo sobre si mesmo postando na internet todas as ações que tinha lugar nos confrontos (CASTELLS, 2013, p.148).

No Brasil, a partir do Junho de 2013, a organização de trabalho foi inspirada por experiências coletivas anteriores, ganhou notoriedade e estimulou a formação de novos grupos que teceram uma rede colaborativa de produção de conteúdo sobre violação de direitos.

Entendemos aqui os atores envolvidos nesta trama como parte de uma rede sociotécnica, na concepção de Bruno Latour (1994), a partir da Teoria Ator-Rede (TAR). Um conceito, como o de meio de comunicação, por exemplo, seria, nesta perspectiva, uma rede sociotécnica, formada por uma conjunção entre humanos e não humanos, incluindo aí toda relação com a parafernália técnica que agencia a produção de discursos sobre o mundo. "Na comunicação, a mediação, longe de ser neutra, está inserida na materialidade dos dispositivos, na constituição do seu *design*, no desdobramento das redes que dão apoio" (LEMOS, 2013, p.22). Assim, a narrativa produzida a partir da relação centralizada dos atores dos meios de comunicação de massa é bem diferente do que é construída de modo descentralizado por um grupo de ativistas conectados em rede por meio do telefone celular.

Para defender a TAR como uma Teoria da Comunicação, André Lemos (2013) a descreve como uma "sociologia da mobilidade", que busca identificar a associação entre atores, mediadores ou intermediários, e a circulação de agência pela rede, que inclui humanos e não humanos de uma maneira ontologicamente plana, entendendo as estabilizações que daí surgem como caixas pretas, configurações temporárias que se desfazem com o surgimento de novas controvérsias. Entendemos que a entrada de novos atores na rede midiática tem a potencialidade de produzir relações que traduzem de um modo menos redutor mundos que habitualmente vinham sendo traduzidos de modo bastante reducionista.

Retomamos aqui o conceito de monopólio da fala, desenvolvido por Muniz Sodré (2008). Para ele, este monopólio seria fruto de um regime comunicacional marcado pela unilateralidade, um monólogo da classe dominante, definido a partir da exclusão das diferenças individuais impulsionada pelo consumo. Em uma introdução produzida mais de 30 anos depois da primeira edição, Sodré (2008, p.12) afirma que "seja qual for o seu desdobramento técnico (computador, aparelho de tevê, celular etc.), o médium continua pondo em pauta essas mesmas inquietações de décadas atrás. O monopólio da fala, nos termos aqui desenvolvidos, continua intacto". A afirmação tem a ver com o fato de que as

maiores empresas do setor de tecnologia da informação do mundo, conhecidas como Big Techs, formam um monopólio de escala global, ampliando sobremaneira o problema apontado por Sodré há mais de quatro décadas atrás. Porém, mesmo assim, quando torna-se possível produzir e distribuir conteúdos pelas plataformas digitais há uma movimentação no ecossistema midiático que deve ser considerada.

Djamila Ribeiro (2020, p.63-64) lembra que as tecnologias digitais têm um papel fundamental na luta contra o que chama de “epistemicídios colonialistas”, ou seja, o apagamento de diferenças e de saberes.

Não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até em relação a quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir.

Na prática, o *live streaming* parece ter cumprido, parcialmente e com muitas ressalvas, um objetivo relevante imaginado por Umberto Eco (1971, p.189-190 *apud* Machado, 2000, p.137) para a transmissão ao vivo:

Nada proíbe imaginar a ocorrência de várias circunstâncias históricas em que a transmissão direta possa tornar-se um meio de educação para exercícios mais livres de sensibilidade, para aventuras associativas repletas de descoberta e, portanto, para uma diferente dimensão psicológica e cultural.

Arlindo Machado (2000) advoga pela definição da transmissão ao vivo como a experiência fundamental da linguagem da televisão e avança no sentido de defender o tempo presente como espaço no qual o pensamento opera em pleno calor dos acontecimentos, em contraposição às críticas à transmissão ao vivo. O autor se pergunta como esta técnica pode ser nociva aos olhos dos intelectuais, e, ao mesmo tempo, tão perigosa aos olhos das autoridades, dos censores e dos guardiões das mídias. Para ele, por três motivos principais: o fato de que é difícil ter controle sobre o que acontece neste tipo de emissão; a censura ao vivo é possível, porém, mais explícita, o que pode causar reações; e o fato de que autoridades preferem o conforto do material pré-gravado.

Para reforçar seu ponto de vista, Machado (2000) cita esperançosamente dois casos, em contraposição um ao outro. O primeiro é da votação da Emenda Constitucional para Eleições Diretas, na Câmara dos Deputados, em 1984, com pouca cobertura da imprensa e sem transmissão ao vivo: o direito ao voto foi negado e os brasileiros tiveram que esperar até 1989 para votar. O segundo exemplo é a votação do impeachment do presidente Fernando Collor, na mesma Câmara, em 1992, transmitida ao vivo, que definiu a perda do mandato e

dos direitos políticos de um presidente, pela primeira vez na história do país. É preciso lembrar aqui o fato de que Machado fez esta comparação em um livro cuja primeira edição foi lançada no ano 2000, ou seja, muito antes da experiência do segundo *impeachment* de uma presidenta brasileira, Dilma Rousseff, em 2016, em um processo acompanhado de perto por midiativistas, que expuseram as inconsistências da proposta. Ainda assim ela perdeu seu mandato depois de um sessão de votação, mais uma vez, na mesma Câmara dos Deputados, marcada por sucessivas situações de quebra de decoro parlamentar por parte de diversos deputados votantes, transmitidas ao vivo, e que não resultaram em punições posteriores². A sessão também foi transmitida, em *live streaming*, pelo canal do Youtube da TV Senado e registrou um recorde de audiência que só foi quebrado em 2021 (MAIA, 2021).

Este novo recorde de audiência, mais recente, é resultado da transmissão das sessões da CPI da Covid, que teve início em março de 2021. Até julho de 2021, o *streaming* do canal ao vivo, com toda sua programação e as sessões da casa, atraiu em média 586 mil visualizações por dia, um aumento de 20% em relação aos números de 2020, quando o número de acessos já havia subido (MAIA, 2021). Não entram nesta conta os acessos indiretos, ou seja, os acessos via sinal das emissoras comerciais, especialmente os canais de notícias que, por vezes, apenas retransmitiram o sinal da TV Senado, especialmente durante os depoimentos mais polêmicos. Não é possível medir o impacto disso em relação à opinião pública, de modo direto, portanto não dá pra saber numericamente se a audiência da TV Câmara movimentou "redes de indignação e de esperança", para usar novamente o termo-título de Castells (2013). Mas é possível, sim, tomar de empréstimo a abordagem de Machado (2000, p.129), quando este afirma que

a reflexão do telespectador, por se dar ao vivo, ou seja, num processo que ainda está em andamento, pode tomar a forma de ação política e, em alguns (mas não poucos) casos, resultar em mobilização. A transmissão ao vivo não faz a guerra chegar às nossas casa *trop tard*, como afirma Virilio, mas em condições tais de atualidade que torna ainda possível a intervenção.

Isso porque, ao contrário de uma certa ideia platônica do pensamento como um essência, como digressão intelectual, a transmissão ao vivo requer um pensamento vivo em ação, "aliás, o único pensamento possível, pois o contrário é mera erudição, enclausurada em bibliotecas e academias e voltada apenas para a sua própria preservação" (MACHADO, 2000, p.131). A transmissão ao vivo inaugurou a fruição do tempo presente, assim como, a conexão de dispositivos em rede tornou possível, na segunda década do século XXI, disponibilizar ferramentas digitais que ampliam o acesso à produção de narrativas em tempo

² Sobre o Golpe de 2016, consulte o documentário *O processo* (2018), da diretora Maria Ramos.

presente, apesar do paradoxo iminente: os mesmos meios que impõem, sem negociação, um novo regime de controle a partir da tecnovigilância e dos algoritmos, constituem um modelo de comunicação ponto a ponto, afrouxando a hierarquia de produção e distribuição da informação vigente no modelo de comunicação de massa, precipitando *equivocos*, no sentido que aplicamos ao termo neste texto.

DA CONTROVÉRSIA AO EQUÍVOCO

A controvérsia instalada pelo telefone celular na rede-jornalismo produziu o que chamamos em uma pesquisa anterior de *comunicação pelo equívoco* (MEDEIROS, 2022), a partir de Eduardo Viveiros de Castro (2004), que propõe trazer as contribuições do pensamento ameríndio para a teoria antropológica, ao lembrar que a comparação é a base do trabalho de um etnógrafo, que faz paralelos entre a sua própria vivência e a observação de outras redes, para criar analogias. Porém, em uma relação etnográfica, os dois entes desse processo comunicativo quase nunca dividem o mesmo ponto de vista, a mesma perspectiva. Como na relação entre humanos e não humanos comuns, corriqueiras, na vida da floresta.

Penso no tipo de mito em que, por exemplo, o protagonista humano se perde no meio da floresta e chega a uma aldeia estranha. Lá os habitantes convidam-no a beber e se refrescar com uma cabaça de “cerveja de mandioca”, que ele aceita com entusiasmo e, para sua surpresa horrorizada, o anfitrião colocou ele na frente uma cabaça cheia de sangue humano (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 9, tradução nossa).

É no momento de tomar a bebida que o humano percebe o engano, o que o interlocutor chama de cerveja de mandioca, na verdade, para ele, é sangue. O que humano vê como sangue, o jaguar vê como cerveja de mandioca, ou seja, alimento, na perspectiva humana. O mesmo nome, em realidades distintas, serve para designar coisas diferentes. A maneira como o outro vê a coisa não é um erro em si, mas um *equivoco*. Aí está o fundamento da comunicação no contexto ameríndio. Porém, para Viveiros de Castro (2004, p.12), a equivocidade é superobjetificada no caso extremo das relações interétnicas e interculturais, mas apresenta-se, ao cabo, como condição-limite para toda relação social. É por isso que tomamos o *equivoco* como horizonte para uma comunicação possível justamente porque abriga a diferença radical, sem reduzi-la sistematicamente. "O perspectivismo indígena é a teoria da equivocação ou seja, da alteridade referencial entre conceitos homônimos. A equivocação aparece aqui como o modo de comunicação por excelência entre diferentes posições perspectivas" (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p.5).

O *equivoco* seria a condição primeira de toda e qualquer relação social, portanto, de todo ato comunicativo, não apenas no contexto dos povos originários, mas em todo lugar, visto que não é necessário estar longe para habitar um mundo diferente: há vários mundos no mesmo espaço geográfico, e muitos deles não conversam entre si, não falam a mesma língua, o que é bastante compreensível. O problema é quando a tradução entre estes mundos é feita de modo funcional, sem equivocacidade: alguma “língua” é privilegiada, ao passo que um ou alguns modos de existir são deslegitimados. É a partir desta premissa que entendemos que a entrada de novos atores no ecossistema midiático produziu relações que traduziram de um modo mais equivocado mundos que habitualmente vinham sendo traduzidos de modo bastante reducionista. Neste contexto, percebemos a produção autônoma de narrativas sobre grupos que não acessam os meios de produção e estavam fora do agendamento costumeiramente produzido pela imprensa.

Cito dois exemplos emblemáticos. O caso de Eric Garner, um homem negro, vendedor de cigarros contrabandeado, morto em Nova Iorque por um policial branco, durante uma abordagem na qual ele foi imobilizado com um golpe de "mata-leão", em junho de 2014. Garner gritou por 11 vezes que não conseguia respirar³, mas não foi ouvido pelo policial. O homem teve um ataque cardíaco e morreu alguns minutos depois, ainda na calçada. Toda a ação foi registrada por uma testemunha e o caso ganhou repercussão internacional depois de uma série de manifestações do movimento Black Lives Matter, em várias cidades dos Estados Unidos. Ainda assim o policial foi absolvido (MEDEIROS, 2022, p.89).

No Brasil, há muitos casos em que a violação de direitos de populações historicamente oprimidas foi registrada a partir de um aparelho de telefone celular. É neste tipo de ação que se insere o segundo exemplo que trago aqui: o caso de Cláudia Silva Ferreira, mulher negra, empregada doméstica, morta por um tiro disparado por uma policial militar durante uma abordagem na comunidade em que ela vivia, no Rio de Janeiro, em março de 2014 (VÍDEO, 2021). Ela foi colocada no porta-malas da viatura para ser levada ao hospital, onde já chegou sem vida. Durante o percurso, o porta-malas do carro se abriu e seu corpo ficou preso ao veículo pela roupa. Arrastado por 350 metros, parte dele foi dilacerado em decorrência disso. O caso ganhou as manchetes porque uma parte deste percurso foi registrada, com um telefone celular, por uma pessoa que seguia de carro logo atrás. A história teve repercussão internacional.

³ "I can't breathe", em inglês.

Os dispositivos móveis, com destaque para o telefone celular, foram fundamentais neste processo, naquele momento, a partir dos vídeos produzidos de maneira autônoma e fora do agendamento midiático tradicional. Como construir conhecimento a partir disso? Propomos construir uma abordagem que, de fato, privilegia o pensamento como espaço de invenção, afirmando que este seria um lugar de criação de outros mundos, lugar de "arrancar da realidade não o seu estoque de provisões, mas seu estojo de possíveis", como advoga Rosane Preciosa (2010, p.49) no seu livro *Rumores discretos da subjetividade*.

Preciosa retoma o curta-metragem Carlos Nader (1998), do autor homônimo, no qual um sujeito (o próprio diretor-personagem) anuncia para a câmera que vai nos revelar a sua identidade. E no momento em que ele vai começar a fazer isso, a tela é invadida por uma profusão de imagens e depoimentos de pessoas e lugares o mais diversos possíveis. O que presenciamos é que o dentro só existe em confabulação com o fora. De acordo com Preciosa (2010, p.36), "trata-se de alguém em empenhada transformação. Alguém aceso." É a partir do que nos acende, do que nos deixou atentos durante o ano de 2020, que desenhamos hipóteses a partir de certos rumores discretos sobre as lives na pandemia. Entendemos estes rumores, organizados no próximo item, a partir de provocações que apontam para desestabilizações, reconfigurações a partir da entrada e da saída de atores de uma rede sociotécnica.

VOZES DAS “BORDAS DO PLANETA”

A professora e pesquisadora Ivana Bentes (2020) nos deixou atentos, pela primeira vez, com a possibilidade de pensar as transformações no ecossistema midiático entre junho de 2013 e junho de 2020, justamente numa conversa em uma live, em julho de 2020. Ela observou que os fluxos sociais passaram a funcionar do mesmo modo que as redes digitais, num processo de produção de informação e conhecimento descentralizado. Neste sentido, para ela, o que aconteceu em 2020, durante a pandemia, foi a radicalização disso. “A minha casa é meu estúdio de televisão, minha casa é o meu laboratório, a minha casa é a nova fábrica, minha casa é a minha nova universidade. Não que eu queira que a gente fique confinado nas nossas casas, não é isso que eu tô falando, mas é uma potencialidade também incrível de articulação” (BENTES, 2020).

A partir desta anotação, Bentes aventou a possibilidade de se fazer um mapeamento do uso midiático da ferramenta live streaming entre junho de 2013, quando a hashtag #vemprarua ganhou força, e junho de 2020, quando a hashtag #fiqueemcasa marcava as atividades propostas remotamente, para manter o isolamento social em consequência da emergência sanitária causada pela disseminação do novo Coronavírus. "É muito paradoxal,

faz até sentido demais e é até assustador quando a gente pensa nessa trajetória e também nessa reviravolta de 360 graus" (BENTES, 2020), alertou a pesquisadora, de modo polissêmico, chamando a atenção tanto para a inversão de sentido da rua para casa, quanto para a virada conservadora que marcou a política institucional como desdobramento dos protestos de Junho de 2013.

Esta observação abre espaço para uma anotação importante: não temos a intenção de fazer aqui um balanço positivo ou negativo sobre o legado das manifestações do Junho de 2013, nosso interesse é o fato de que, de lá para cá, a transmissão *live streaming* tornou-se algo comum e ganhou características de negócio durante o isolamento social imposto pela pandemia do novo Coronavírus, no Brasil. O domínio das ferramentas para transmissão, por parte de ativistas, tornou-se corriqueiro, comum, e ajudou os movimentos a criar experiências de crítica e invenção de alternativas aos discursos produzidos nos veículos de comunicação.

Antes de seguir nesta toada, abrimos um parêntese aqui para mais uma vez lembramos que estas mesmas ferramentas tornaram possível a emergência, também, inicialmente, de movimentos da direita, que passaram a emular estratégias de comunicação desenvolvidas no caldeirão de 2013 quando instalou-se o golpe legislativo-jurídico contra a presidenta Dilma Rousseff, via *impeachment*. Porém, a força de iniciativas como o Movimento Brasil Livre (MBL), que usaram estratégias de comunicação pelas redes sociais e de transmissões ao vivo pelo Facebook, por exemplo, estava ainda muito localizada na comunicação de massa, com a constante presença de membros como fontes de reportagens em telejornais e com a transmissão ao vivo, em mídia mainstream, de manifestações organizadas pelo MBL (FERREIRA e ALMEIDA, 2021). Por aqui, as iniciativas convergiram para a eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, cuja campanha trabalhou, desde o primeiro momento criando discursos autônomos negacionistas, fora do agendamento midiático.

Vale a pena citar também o modo como o presidente da república tem usado as transmissões ao vivo, pela sua página no Facebook, para se comunicar diretamente com seus apoiadores, em lives semanais, sempre nas noites de quinta-feira. Por diversas vezes Bolsonaro usou o espaço como veículo de pronunciamento, com a participação de políticos aliados, secretários e até ministros de estado. A repórter Sabrina Freire (2021) apurou o número de 120 lives realizadas pelo presidente, desde sua posse, em 1o de janeiro de 2019, até 31 de dezembro de 2020, com a participação de 104 pessoas. Para nos mantermos no recorte temporal da pandemia, foram 70 lives realizadas no ano de 2020, com 62 convidados.

Nas transmissões, Bolsonaro costuma falar em um tom mais informal e comemorar resultados positivos da área econômica, além de comentar medidas anunciadas pelo

governo naquela semana. Também rebate reportagens críticas a ele ou ao seu governo e faz ataques à esquerda. Em 2020, o presidente também usou seu tempo ao vivo para criticar as medidas restritivas estabelecidas pelos governos dos Estados para evitar a propagação do coronavírus. (FREIRE, 2021)

Paradoxalmente, aqui, a nosso ver, poderia ser acionada a ideia de auto-comunicação de massa (CASTELLS, 2013), visto que há um furo do bloqueio da mídia a partir da produção de uma narrativa autônoma, impulsionada pela transmissão audiovisual ao vivo pela internet. Para o que propomos aqui, nos interessa notar como a emergência de discursos da extrema-direita negacionista aparece como uma resposta à desestabilização instalada na rede sociotécnica a partir da experiência do midiativismo pós-Junho de 2013.

A partir deste ponto, uma conversa com o jornalista Paulo Victor Melo (2021), pesquisador e ativista da Associação Intervezes, nos atentou, pela segunda vez, sobre este assunto, quando lembrou, também em uma live, que a transformação de lá para cá está justamente no perfil das pessoas que se apropriam destas ferramentas. Em sua reflexão, ele chama a atenção para o fato de que a produção transmissão *live streaming* avança para um lugar de produção autônoma de discurso em contextos historicamente invisibilizados.

O que mudou de lá pra cá foi a necessidade que o Brasil teve de olhar pra si próprio. E essas experiências de comunicação, eu sempre as analiso como um ato de sobrevivência. Não é pela tecnologia, até porque estes grupos não têm a tecnologia digital de modo tão acessível. Mas pela necessidade de se comunicar, num cenário de omissão do estado brasileiro. (MELO, 2021)

Retomando a Teoria Ator-Rede, lembramos que a configuração de uma rede sociotécnica é temporária, instável, e pode ruir com a instalação de controvérsias. Em pesquisa anterior, durante as manifestações em virtude da realização da Copa do Mundo no Brasil, chamamos a atenção, a partir da observação da atuação de midiativistas no campo das narrativas jornalísticas, a associação produzida entre uma corporação de imprensa, um editor, uma sala de reuniões, um jornalista com sua formação profissional, acoplado com um cinegrafista, uma câmera, um motorista é bem diferente de uma associação produzida para transmissões ao vivo, no calor da manifestações.

Com a entrada do telefone celular e toda rede em torno deste quase objeto, o que temos são pessoas geralmente bem mais jovens que os informantes jornalistas (Matt Hoppard [midiativista novaiorquino, fonte de pesquisa de campo anterior] me lembrou que a maioria dos streamers têm menos de 30 anos), que não estão submetidos a um editor, a uma corporação. Os objetos técnicos que agenciam as suas ações são diferentes dos que agenciavam o jornalismo: notebook, celular, capacete de proteção. Essa rede vai produzir uma temporalidade e uma espacialidade bem diferentes. (MEDEIROS, 2022, p.185)

Assim também, o que precipita a partir das configurações possíveis em 2020 é diferente do que emergiu em 2013, já que os atores humanos e não humanos envolvidos não são exatamente os mesmos. A controvérsia pandemia movimentou a rede audiovisual, fazendo emergir também vozes que só fazem sentido quando ligadas aos seus territórios, ou, nas palavras de Aílton Krenak (2019, p.21), "aqueles que ficam meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade". O próprio Aílton Krenak é uma das vozes emergentes neste período, em lives. Falando diretamente do território Krenak, no leste de Minas, às margens do Watu, o avô de sua gente, que nós brancos chamamos de Rio Doce, o pensador indígena mobilizou ideias e ações participando de entrevistas, conferências, palestras, mesas-redonda em todo o Brasil e fora também com as suas "Ideias para adiar a fim do mundo" (KRENAK, 2019).

Em uma pesquisa rápida, feita através do buscador Google⁴, na seção vídeos, com as palavras "Live com Aílton Krenak", encontramos cerca de 26.600 resultados. Para não nos alongarmos muito, nos debruçamos sobre as duas primeiras páginas, ou seja, sobre os primeiros 30 itens. Destes, 24 são de transmissões ao vivo, duas delas de transmissões de eventos presenciais pré-pandemia, todo o restante de transmissões de lives, a maioria delas, 15, durante o ano de 2020. A característica das lives também dá uma noção dos espaços nos quais reverberam as ideias do líder indígena. Oito são de debates, com outros pensadores (acadêmicos ou não) e artistas como Emicida e Gilberto Gil (10/12/2020), o físico Marcelo Gleiser (17/04/2020 e 15/09/2020) ou o jornalista e ambientalista André Trigueiro (06/05/2020). Oito são bate papo dos mais diversos, desde encontros com empreendedores na construção de ecovilas (29/04/2020), passando pela família Matizes Dumont, conhecida pelos bordados de cenas da vida campestre, até conversas com outros autores como o neurofísico Sidarta Ribeiro (24/05/2020), em lançamentos de livros e eventos promovidos por editoras. Quatro lives são de eventos realizados por universidades e duas são jornalísticas.

O exemplo de Aílton Krenak foi escolhido pela facilidade para encontrar resultados com os termos de pesquisa propostos. Porém, há que se entender que, embora até pouquíssimo tempo muitos de nós sequer havíamos ouvido falar de sua militância, Krenak tem uma história de luta, inclusive como deputado federal que participou da redação da

⁴ Busca feita no dia 10/01/2022. Para acessar diretamente os resultados, o link é o: https://www.google.com/search?q=lives+com+ailton+krenak&tbm=vid&ei=D8LcYbCCJ_Dd1sQP4amj0AU&start=0&sa=N&ved=2ahUKewjwxYyBrKj1AhXwrcUCHeHUCFo4ChDy0wN6BAgBEFQ&biw=1364&bih=697&dpr=1.

Constituição de 1988. Por isso, é preciso ir além do rumores, como nos instigou Paulo Vitor Melo (2021), ao lembrar que

Os antes considerados invisíveis, tratados como os ninguéns, como nos fala o Galeano, aqueles que custam menos que a bala que os mata, eles agora tiveram visibilidade. Só que, na verdade, estes antes invisíveis, eles sempre produziram comunicação, sempre experimentaram, construíram seus discursos, narrativas. A questão é que sempre faltou um espaço para que esta produção tivesse um eco, que ela pudesse chegar ao conjunto do país. (MELO, 2021)

De fato, houve uma profusão de bate-papos, cursos, palestras, encontros, conversas envolvendo envolvendo algumas gentes que já produziam com frequência uma comunicação própria, como no caso de movimentos de periferias urbanas (que aprenderam muito com as jornadas de Junho de 2013), mas também, e neste ponto reside talvez a novidade, outros grupos ainda majoritariamente traduzidos midiaticamente, no que diz respeito à produção discursiva: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, atingidos por conflitos socioambientais, todos conectados em lives produzidas por terceiros, quase sempre, pelo que percebemos numa rápida busca no Youtube e no Facebook.

PONTOS IMPORTANTES

A partir do que foi exposto, pretendemos avançar num mapeamento inicial de um fenômeno em andamento a partir dos seguintes marcadores, fruto da reflexão apresentada nas páginas de artigo:

- 1) as ferramentas *livestreaming* tornaram possível a emergência de vozes que furaram o bloqueio da mídia, com a produção de vídeo como prova contra violação de direitos, mas também com a produção de narrativas autônomas sobre grupos, territórios, pessoas invisibilizados nos discursos midiáticos tradicionais;
- 2) o termo *narrativas autônomas* é entendido aqui como um guarda-chuva que abarca uma infinidade de relatos diversos, unidos pela ideia de que foram produzidos para visibilizar situações e temas que não passam, ou não passavam, até então, pelo agendamento midiático;
- 3) a necessidade do uso de ferramentas para viabilizar encontros remotos, a partir do isolamento social imposto pela *pandemia* do novo Coronavírus, acelerou o processo de produção de narrativa autônomas por pessoas e grupos “meio esquecidos pelas bordas do planeta”, em defesa de direitos;

- 4) ao trazer para o ecossistema midiático vozes até então alijadas do processo de construção de discursos coletivos, o uso das ferramentas *live streaming* precipita *equivocos* a partir do encontro de diferentes perspectivas.

Este é um trabalho em processo, portanto, o que apresento é um ajuntamento de ideias, percepções iniciais sobre o problema, rumores sobre o que chamei de *produção de narrativas autônomas em live streaming na pandemia*. A hipótese inicial é que, a partir da controvérsia pandemia, produziu-se um tipo de comunicação equivocada justamente porque composta de uma multiplicidade de traduções autônomas e não mais discursos representativos sobre a diferença, majoritariamente. O ponto aqui é abordar uma questão em específico: o modo como, sete anos depois de junho de 2013, as lives tornam possível que sujeitos e grupos produzam narrativas autônomas sobre suas próprias vivências durante a pandemia, a partir de um conjunto de instrumentos disponíveis.

REFERÊNCIAS

BENTES, Ivana. Jornalismo possíveis, mundos possíveis. [Entrevista concedida a] Evandro Medeiros Laia e Lara Linhalis Guimarães. **Série audiovisual Traduções**, Youtube, episódio 6, julho 2020. Disponível em: <[youtube.com/jornalismos](https://www.youtube.com/jornalismos)>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FERREIRA, Maria Alice Silveira; ALMEIDA, Helga do Nascimento. Protestos contra e a favor do impeachment de 2016 no Facebook: uma análise das páginas do MBL e Frente Brasil Popular. In: **Simbiótica**, v. 8, n. 2, 2021, p. 157–186. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/36383>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FREIRE, Sabrina. Bolsonaro fez 70 lives em 2020; Jorge Seif e Gilson Machado participaram mais. In: **Poder 360**. 01 jan. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-fez-70-lives-em-2020-jorge-seif-e-gilson-machado-participaram-mais/>. Acesso em 22 dez. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada à sério**. Ed. Senac: São Paulo, 2000.

MAIA, Mateus. Lives da CPI da Covid monopolizam audiência do Senado no Youtube. In: **Poder 360**. 11 maio 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/lives-da-cpi-da-covid-monopolizam-audiencia-do-senado-no-youtube/>. Acesso em 22 dez. 2021.

MATA, Jhonatan. A vida virou uma live: reflexões sobre o conceito de amadorismo e transmissão ao vivo a partir das lives musicais num contexto de pandemia. In: ROCHA, Adriano Medeiros da; LAIA, Evandro José Medeiros (Org.). **audiovisual revolucionário**. São Paulo: Editora dos Frades, 2021, pp. 367-400.

MEDEIROS, Evandro. **O jornalismo em equívoco**: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

MELO, Paulo Victor; VARELLA, Laura. Comunicação como Direito, vídeo como prova. [Entrevista concedida a] Evandro Medeiros Laia e Lara Linhalis Guimarães. **Série audiovisual Traduções - Gambiarras**, Youtube, episódio 3, abril 2021. Disponível em: <youtube.com/jornalismos>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MUNIZ, Sodré. **O monopólio da fala**: Função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2008.

PROCESSO, O. Direção de Maria Ramos. Rio de Janeiro: Nofoco Filmes, 2018. (137 min.)

PRECIOSA, Rosane. **Rumores discretos da subjetividade**: sujeito e escritura em processo. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. Petrópolis: Vozes, 1977.

VÍDEO como prova jurídica para defesa dos Direitos Humanos no Brasil.

Witness/ARTIGO19. Relatório. Sem data. Disponível em:

<https://abrajibucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/78b9b578-453f-4889-9e8e-44a384bc6226/77a73bec-c99d-412f-8617-925055bb36e5.pdf>.

Acesso em: 11 out. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. In: **Tipití, Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, vol. 2, 2004. Disponível em:

<<http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1>>. Acesso em: 20 maio 2020.